

XXVI Encontro do Foro de São Paulo

Colóquio sobre a Situação Brasileira e as Políticas Governamentais

Relatório Político¹

Como parte da programação do XXVI Foro de São Paulo (FSP)², realizado entre 29 de junho e 2 de julho de 2023, a Fundação Perseu Abramo (FPA), vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT – Brasil), organizou um Colóquio para refletir sobre a situação política brasileira e sobre a condução do governo no momento em que o partido voltou a presidir o país, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, derrotando o candidato da extrema-direita que ocupou a cadeira no período anterior. A atividade foi transmitida pelos canais da FPA e do próprio Foro, além de ter sido aberta à participação da imprensa.

O Colóquio, coordenado por **Valter Pomar** – diretor de cooperação internacional da FPA –, foi inaugurado pelo presidente da Fundação, **Paulo Okamoto**, que destacou o significado e a importância de o Brasil sediar o FSP e receber lideranças políticas da esquerda latino-americana e caribenha, ressaltando que o debate que seria ali realizado deveria refletir não só sobre as vitórias, mas também sobre os desafios e erros cometidos, condição fundamental para neutralizar o avanço da direita no país.

Após a breve abertura, fizeram sua exposição **Henrique Fontana**, secretário-geral do PT; **Mirian Belchior**, secretária-executiva da Casa Civil da Presidência da República; e **Márcio Macedo**, ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

Depois das intervenções iniciais, o debate foi aberto ao público presente, e em seguida a palavra retornou aos expositores. O Colóquio foi então encerrado por Paulo Okamoto.

A intenção aqui é apresentar uma síntese política do que foi debatido – de inteira responsabilidade da autora do texto –, razão pela qual não reportaremos de forma literal as contribuições específicas dadas por cada participante, embora sempre as mencionaremos quando isso se fizer importante.

O período anterior: golpe e retrocesso

No debate realizado, os expositores chamaram a atenção, antes de mais nada, para o quadro político herdado por este terceiro mandato de Lula, resultado de um duro e desleal combate travado contra a esquerda – como aliás vem ocorrendo em toda a América Latina e Caribe –, no qual se inserem o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, a prisão de Lula e a tentativa de desmoralizar e criminalizar o PT e os movimentos sociais mais combativos. Esse combate culminou na eleição, em 2018, de um presidente de inclinação neofascista, que desde o início de seu mandato agiu para fustigar a democracia e buscou formas de dar um golpe de Estado para se

1

¹ Relatório elaborado sob a responsabilidade de Iole Ilíada, do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo, que integrou a delegação da instituição ao XXVI Foro de São Paulo.

2

² Informações mais detalhadas sobre o XXVI Encontro podem ser obtidas em <https://forodesaopaulo.org/>.

perpetuar no poder, como ficou claro nos acontecimentos de 8 de janeiro, em Brasília, que coroaram uma sequência de outras tentativas de desestabilização do país.

Para Henrique Fontana, além do uso do *lawfare* e da disseminação em massa de *fake news*, também contribuiu para esse quadro o fomento a uma “hiperpolarização” da sociedade, organizada em torno de questões que não são realmente essenciais para a sociedade e não têm relação com a luta de classes. Sobre isso, Mirian Belchior destacou a opinião de alguns estudiosos, para quem o Brasil teria funcionado como uma espécie de “laboratório” na implementação desses métodos da extrema-direita mundial.

A ofensiva contra a esquerda e os governos petistas tinha um objetivo muito claro: destruir direitos e conquistas da classe trabalhadora para favorecer a acumulação de capital. Como lembrou Márcio Macedo, foram 6 anos de desmonte do Estado promotor de políticas públicas. E as “reformas” implementadas pelos governos Temer e Bolsonaro, que impuseram um grande retrocesso para o povo brasileiro, hoje significam um desafio para a implementação do projeto de desenvolvimento democrático e popular defendido historicamente pelo PT, que se confronta, como bem ressaltou Fontana, com o aumento do “fanatismo liberal” e do poder dos capitais especulativos – que possuem, aliás, um representante ocupando a cadeira da presidência do Banco Central, a quem foi concedida “autonomia” nesse período, e que, tendo sido indicado pelo governo anterior, segue aqueles mesmos ditames e insiste em manter a taxa de juros elevada sem justificativa plausível.

Fontana também lembrou o quanto essa hegemonia do Capital financeiro e esse *ultra-liberalismo* enfraquecem os Estados Nacionais e a confiança na democracia, seja no Brasil ou em outros países da região, situação que só pode ser alterada com uma ampliação da capacidade do Estado de efetivamente governar, sem as amarras impostas pelo chamado “mercado”.

Esse quadro de destruição também pôde ser visto no que se refere à questão ambiental e climática; no âmbito da educação e da cultura; na saúde; e na inserção do país no cenário internacional, no qual o Brasil passou de potencial protagonista a uma condição de “pária”.

Luta, resistência e vitória eleitoral

Apesar desse período difícil, os setores progressistas no país, apoiados pela esquerda internacional, tiveram força para resistir, reagir, se manter na disputa e, finalmente, vencer as eleições de 2022 – ainda que com um amplo leque de alianças, mas que, como destacou Fontana, foi vertebrado pela esquerda. Essa vitória demonstrou, antes de mais nada – e isso vale como um alento para outros países da região que enfrentam dificuldades semelhantes –, que vale a pena persistir na luta. Também mostrou a força da esquerda brasileira, que venceu cinco das eleições realizadas desde a redemocratização dos anos 1980, tendo ficado em segundo lugar nas outras quatro.

Márcio Macedo também destacou o papel fundamental cumprido por Lula nessa resistência e vitória. E foi lembrada a importância, nesse processo, da *Vigília “Lula Livre”*, que se manteve, durante todos os dias da injusta prisão do atual presidente, em frente à sede da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, oferecendo o necessário apoio e solidariedade naqueles dias difíceis.

Sobre o significado dessa resistência e vitória, aliás, foi especialmente emocionante a fala de Mirian Belchior, que esteve com Dilma Rousseff até seu último dia no Palácio do Planalto, e pôde voltar agora, com a nova presidência de Lula. Isso representa, para ela, que não apenas sobrevivemos, mas que estamos mais preparados e melhor posicionados para enfrentar a ofensiva conservadora e

a permanente luta por solidariedade, igualdade, cooperação e inserção soberana do país.

Se a vitória foi fundamental, no entanto, a direita não foi plenamente derrotada. Ela segue socialmente organizada e possui maioria no Congresso Nacional. É preciso portanto seguir nesse enfrentamento, que teve um passo importante na reação rápida e decisiva do governo Lula frente aos atos terroristas de 8 de janeiro, mostrando naquele momento grande poder de articulação política e institucional. A expectativa agora é que, com todas as responsabilidades devidamente apuradas, haja punição para os envolvidos – principalmente aos que deram as ordens e aos que financiaram os atos.

Dificuldades e grande desafios

Tendo assumido o governo, os desafios agora a enfrentar, como alertaram os expositores, são portanto imensos. Afinal, a conjuntura é pior do que a encontrada pelos governos anteriores do PT. E um dos primeiros desafios é aquele representado pela necessidade de aprofundar a consciência política do povo brasileiro, que no período anterior não defendeu suas conquistas e nem o projeto democrático e popular, em grande medida por não compreender, como afirmou Fontana, que eles resultavam de uma *escolha política*. Isso certamente deu-se por deficiências dos governos e, principalmente, do PT, que deve ter entre suas tarefas aquela de contribuir para formar politicamente a classe trabalhadora brasileira.

Isso remete a um tema trazido à tona no debate, a saber, o da *comunicação*. No Brasil, como em outros países do mundo, a direita parece dominar melhor tanto as ferramentas quanto a linguagem dos novos meios, notadamente aqueles das redes sociais – que ainda carecem de uma regulamentação adequada. Isso sem falar na grande imprensa corporativa, que em geral verbaliza os interesses do Capital e oscila entre pressionar os governos de esquerda a adotar políticas pró-mercado e tentar desestabilizá-los. Por isso, é preciso fazer com que as informações tanto sobre as realizações do governo quanto sobre o programa historicamente defendido pelo PT cheguem até a população. No caso brasileiro, como destacaram Márcio Macedo e Henrique Fontana, é preciso dialogar com aquele terço da sociedade que – conforme identificam os analistas políticos – ainda não se identifica com as ideias de esquerda, mas tampouco foi capturado pelo pensamento neofascista.

Para essa comunicação ser eficaz, foram apontadas três condições importantes: que ela seja capaz de “envolpar” de maneira adequada as realizações e propostas do governo; que ela incentive a formação e a participação política do povo; que ela também comporte espaço para a autocrítica – a genuína, não aquela que os adversários do governo e do PT querem lhes impor. Afinal, como lembrou Marcio Macedo, são a luta de classes e o embate ideológico que se manifestam nessa disputa.

Fontana também referiu-se àqueles que se colocam como os objetivos estratégicos no Governo Lula, e que podem ser assim resumidos: o combate a todas as desigualdades (a começar pela econômica); o crescimento com distribuição de renda a partir de uma *neointustrialização*, que seja capaz de gerar empregos de qualidade; a recuperação e fortalecimento da democracia; a defesa de um projeto soberano de inserção internacional e de construção, com os demais países, de uma nova ordem global multilateral e anticolonial, que enfrente a hegemonia do dólar; o uso das sanções e bloqueios como arma de guerra; o aquecimento global; e todas as formas de “guerra híbrida” e fascismo.

Mirian Belchior, por sua vez, destacou entre os principais desafios do novo governo o da *recuperação econômica do país*, que esbarra na já citada taxa de juros mantida pelo Banco Central, a mais elevada do mundo em termos reais – isso mesmo quando a inflação dá sinais claros de estar sob controle, resultado, entre outros fatores, da correta decisão de alterar a política de preços da Petrobrás, que os mantinha artificialmente elevados. Sobre os juros, aliás, endossando as críticas feitas por Fontana e Mirian Belchior, Márcio Macedo se disse favorável a um movimento amplo da sociedade em favor da sua queda.

O que já foi feito

Os expositores assinalaram também que, apesar da conjuntura desfavorável e da “herança maldita” legada pelo governo anterior, em seis meses de governo já foi possível avançar em vários campos importantes, a começar pela busca por superar os efeitos das desastrosas políticas econômicas dos governos anteriores, que devolveram 33 milhões de pessoas ao Mapa da Fome. Nessa direção, a retomada de um robusto programa *Bolsa-Família* representa um passo importante, assim como o aumento real do salário-mínimo. Também buscam atuar no sentido da melhoria das condições básicas de vida da população os programas *Mais Médicos* e *Farmácia Popular*, na área da saúde, e o programa *Minha Casa, Minha Vida*, na área da habitação³.

Foram destacadas também as mudanças na estrutura administrativa do governo, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a recriação do Ministério das Mulheres; da Igualdade Racial; e da Cultura – não por acaso, áreas que concentraram os principais ataques da extrema direita então alojada no poder. Com essas e outras ações, como assinalou Macedo, Lula tem buscado resgatar os valores democráticos, e não só no que se refere a seus aspectos representativos: a exemplo dos governos anteriores do PT, o atual estaria apostando na revitalização das instâncias de participação direta da população – conselhos, conferências, fóruns etc. – que também foram desmontadas no governo anterior.

É nessa direção que aponta a refundação da Secretaria-Geral da Presidência da República, responsável pela interface com os movimentos sociais e a sociedade civil, e que está encarregada, junto com o Ministério de Planejamento, de outra inovação governamental: o *PPA (Plano Plurianual) Participativo*, que visa a permitir que a população proponha, opine e vote em projetos e áreas que deverão ser contemplados na elaboração do orçamento federal. Macedo lembra que já foram realizadas plenárias do PPA em 19 estados, das quais participaram desde as organizações que representam o povo até os próprios governadores, passando também pelas autoridades municipais. Além disso, está no ar a plataforma digital *Brasil Participativo*⁴, que já havia acolhido, na realização do XXVI Encontro – portanto, em 45 dias de funcionamento –, mais de 4 mil propostas consolidadas e recebido 506 mil votos (lembrando que cada pessoa só pode votar uma vez, através do seu número de identificação do CPF).

A participação popular é importante não só para que o povo possa intervir nas decisões tomadas

3

³ Um balanço detalhado desses e de outros programas já implementados pelo governo Lula pode ser lido no documento intitulado “Brasil: união e reconstrução em seis meses”, distribuído por Mirian Belchior aos presentes no Colóquio, e que pode ser acessado em <https://forodesaopaulo.org/wp-content/uploads/2023/07/BRASIL-UNIAO-E-RECONSTRUCAO-EM-6-MESES.pdf>.

4

⁴ A coleta de propostas e votos através dessa plataforma encerrou-se no dia 16 de julho de 2023.

pelo governo, mas para que ele possa oferecer o apoio e a pressão necessárias para que os projetos que lhe beneficiem sejam efetivamente aprovados, diante de um Congresso conservador e que atende majoritariamente aos interesses dos setores dominantes.

Na área econômica, preocupação central do governo, também se observa uma melhora nos indicadores e na expectativa por parte da população. Em breve será lançado o *Novo PAC* (Programa de Aceleração do Crescimento), que promete se apoiar nos pilares da sustentabilidade econômica, social e ambiental e gerar novos empregos. E o programa *Desenrola Brasil* buscará aliviar o peso das dívidas, especialmente sobre as famílias de baixa renda.

Evidentemente, os problemas econômicos do povo brasileiro, tanto aqueles históricos – resultado das contradições da formação sócio-econômica do país – quanto os produzidos após o golpe contra Dilma Rousseff, estão longe de ser superados. E o governo Lula não é alheio a isso. O presidente tem reiterado, em entrevistas e pronunciamentos, sua intenção de fazer com que o país volte a crescer, o que passa por uma neointustrialização que seja capaz de agregar valor à produção nacional e gerar empregos de qualidade, a partir, como destacou Mirian Belchior, da aceleração da transição ecológica, energética e digital. Para isso, no entanto, será necessário equacionar os problemas de financiamento, que já foram um gargalo em outros momentos da história recente.

Outra área em que já há avanços perceptíveis é na questão ambiental, em que foi retomado o combate à destruição dos biomas – com destaque para a Amazônia, onde uma verdadeira crise humanitária representada pelo genocídio do povo Yanomami, a partir da ação criminosa de garimpeiros e da conivência das autoridades do governo anterior, precisou ser rapidamente debelada. Mas nessa área, como em outras, ainda há muito o que fazer.

Finalmente, mas não menos importante, é preciso citar a retomada da política externa “ativa e altiva” dos mandatos anteriores, com o restabelecimento dos laços diplomáticos plenos com os países da região e o retorno às instituições criadas para fazer avançar a integração; e com a defesa firme, em todas as importantes viagens internacionais que Lula já fez nesse pouco tempo de governo, da paz, do protagonismo do chamado Sul Global e de uma nova ordem internacional democrática e multilateral, que seja capaz de combater a fome e de proteger o planeta.

A importância do Foro de São Paulo

Os participantes fizeram questão de registrar a vitória representada pela realização do XXVI Encontro do FSP – o primeiro em formato presencial após a pandemia de Covid-19 – em solo brasileiro, considerando o quanto essa organização foi profundamente atacada e difamada pela direita neofascista. Como lembrou Mirian Belchior, ao contrário das conspirações secretas tramadas por esses setores para derrubar governos e aviltar a democracia, as reuniões do Foro são feitas às claras, com data, endereço e objetivos conhecidos e publicamente divulgados. Realizar o Encontro em Brasília seria, ademais, uma demonstração adicional de que *o Brasil voltou*, expressão que tem sido repetida pelo presidente Lula.

Também não faltaram os agradecimentos à solidariedade empenhada pelas forças de esquerda latino-americanas e caribenhas, quando o Brasil passou pelo difícil período anterior. Essa solidariedade foi mais uma confirmação da importância de fortalecer o FSP e a unidade nele forjada, visando articular, apoiar e defender mutuamente os avanços sociais, econômicos e políticos dos países e dos povos da região, além de lutar por sua inserção soberana no mundo.

Como símbolo dessa luta, foi lembrada a figura de Marco Aurelio Garcia, dirigente histórico do PT que participou dos primeiros governos Lula e do governo Dilma, e que foi um dos fundadores do Foro – à memória de quem, aliás, o XXVII Encontro foi dedicado.